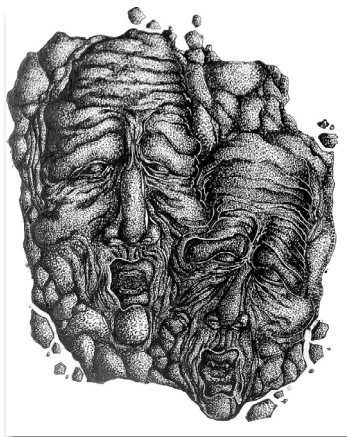


Estados da linha de frente: ascensão e conquistas (1975-1980)

KELLY CRISTINE OLIVEIRA MEIRA

RESUMO: Os Estados da Linha de Frente (ELF) surgiram como uma estratégia de enfrentamento aos regimes segregacionistas da África Austral. Esse artigo discorre sobre acontecimentos entre 1975 e 1980 na região a partir da teoria do regionalismo, e sob abordagem qualitativa de tipo descritivo com análise de documentos de fontes primárias e secundárias. Conclui-se que os ELF foram importantes em impacto, credibilidade e em conquista de objetivos.

PALAVRAS-CHAVE: Estados da Linha de Frente. África Austral. Regionalismo. Governo de minoria branca. Movimento de libertação.



Frontline states: rise and triumphs (1975-1980)

ABSTRACT: The Frontline States (FLS) emerged as a strategy to confront segregationist regimes in Southern Africa. This article discusses events between 1975 and 1980 in the region based on the theory of regionalism and uses a qualitative, descriptive approach with analysis of documents from primary and secondary sources. It is concluded that the ELF was important regarding impact, credibility and achieving objectives.

KEYWORDS: Frontline States. Southern Africa. Regionalism. White minority rule. Liberation movement.

KELLY CRISTINE OLIVEIRA MEIRA

Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com período sanduiche na Dalhousie University.
E-mail: kellycristineomeira@gmail.com

DATA DE ENVIO: 10/10/2022

DATA DE APROVAÇÃO: 17/07/2023

1 Introdução

A África Austral foi a região do continente africano mais afetada pela segregação racial, que culminou nos governos de minoria branca da África do Sul, Namíbia e Zimbábue (CHANAIWA, 2010). Os Estados da Linha da Frente (ELF) surgiram, em 1975, como uma estratégia de enfrentamento a esses regimes segregacionistas.

Aliança informal, de caráter político e securitário, os ELF tiveram início por meio da relação pessoal entre dois chefes de Estado – da Tanzânia e da Zâmbia –, expandindo-se para agregar outros líderes da região que compartilhavam o mesmo objetivo: o fim dos governos de minoria branca na região da África Austral e o apoio aos movimentos de libertação desses países (África do Sul, Namíbia e Zimbábue), e, conseqüentemente, a segurança interna dos países e da região em geral, uma vez que os governos de minoria branca representavam uma ameaça.

Diante dos fatos apresentados, o objetivo principal desse artigo é discorrer/descrever cronologicamente sobre os acontecimentos da África Austral entre os anos 1975 e 1980, com foco nas estratégias dos países da África Austral a partir do ELF para enfrentar os governos de minoria branca da região. Optou-se pela teoria do regionalismo como ponto de partida para o estudo. O ELF exerceu um papel fundamental no sul do continente africano na segunda metade do século XX, ou seja, o estudo do ELF é de fundamental importância para compreendermos a dinâmica política e a história africana do último século.

O período abarcado por esse estudo abrange a ascensão do ELF e o comprometimento militar, político e econômico de seus líderes na resolução do conflito rodesiano, cujo resultado foi a independência do Zimbábue em 1980. Em suma, os anos de 1975 a 1980 representam o auge da capacidade dos ELF (OMARI, 1991). É importante ressaltar, contudo, que a aliança continuou a existir até 1994, quando se iniciou o projeto de transformá-la no Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança (OPDSC).

Este estudo utiliza-se da abordagem qualitativa de tipo descritivo. A opção pela descrição como principal método de pesquisa foi devido à limitação de informações e/ou pesquisas aprofundadas sobre os ELF. Os procedimentos metodológicos deste artigo

incluíram a análise de documentos de fontes primárias (declarações, manifestos e acordos) e secundárias (livros, artigos e teses).

O presente artigo está organizado em oito segmentos, incluindo a introdução e as considerações finais. No tópico seguinte é discutida a teoria de regionalismo e porque ela é adequada ao contexto de discussão dos ELF. No terceiro tópico são apresentadas as instituições que precederam os ELF, uma vez que as lutas de libertação dos países da África Austral não se iniciaram com estes estados. No quarto segmento é abordado os ELF propriamente. Em seguida é descrita a estrutura dos ELF, tais como as cúpulas dos chefes de Estado e o Comitê Interestatal. O sexto segmento aborda a Constelação dos Estados da África Austral (CONSAS) e a relação com os ELF. No sétimo tópico o foco são as conquistas dos ELF em seus primeiros cinco anos de existência, que é o período abarcado por esse estudo. Por fim, nas considerações finais são apontadas as razões pelas quais os ELF foram uma instituição tão relevante para a África Austral.

2 Regionalismo

A teoria do regionalismo foi escolhida para guiar o olhar ao objeto abordado neste artigo. Uma forma de caracterizar o regionalismo é por meio dos objetivos, dos valores e das identidades comuns que levam à cooperação regional ou à formação de uma região dentro de uma área geográfica, sendo este um processo liderado pelos Estados (SÖDERBAUM; GRANIT, 2014). Ainda de acordo com Söderbaum e Granit (2014), isso frequentemente leva ao desenvolvimento de instituições regionais e redes de governança, com o intento de moldar a ação coletiva.

Um aspecto interessante nos processos de regionalismo se refere à diferença quanto aos níveis de legalização e institucionalização. Alguns países podem preferir a flexibilidade proporcionada por acordos informais, enquanto outros preferem os benefícios e obrigações garantidos por acordos formais. (FAWCETT, 2016; KOREMENOS; LIPSON; SNIDAL, 2001). Importante ressaltar que a preferência dos atores é flexível e varia de acordo com o contexto político, social, econômico e militar.

A escolha dos países da África Austral, ao optarem pelo regionalismo como ferramenta de enfrentamento dos governos de minoria branca da região, se justifica pelo fato de que problemas regionais requerem soluções regionais, já que existem muitos aspectos em que a região é o nível de ação mais apropriado e as instituições têm respondido às crises, ainda que de maneira não uniforme (FAWCETT, 2005).

Ainda de acordo com Fawcett (2005, p. 22, tradução nossa), “[...] o regionalismo é desejável e necessário porque geograficamente, idealmente e funcionalmente, é adequado para abordar questões de governança regional”, especialmente porque num mundo de desafios complexos, as instituições multilaterais estão sobrecarregadas e os países, por vezes, são inadequados para enfrentar as ameaças que se apresentam.

Nas próximas sessões poderemos perceber de maneira mais objetiva de que maneira os Estados da Linha de Frente se caracterizam como uma instituição regional, principalmente, informal e que, durante sua existência de aproximadamente 20 anos, sofreu diversas mutações – se adequando às necessidades e ao contexto sociopolítico da região –, além de ter sido bem sucedida em suas finalidades.

3 As instituições que precederam os estados linhas de frente

As instituições, de modo geral, não surgem espontaneamente, e os ELF são um exemplo de instituição que foi precedida por outras instituições que embora não tenham sido tão bem sucedidas e reconhecidas como os ELF, foram regionalmente importantes.

O ano de 1948 marca o avanço da perseguição racial na África Austral; tanto na África do Sul quanto na Rodésia do Sul, o principal ponto era a luta dos europeus e colonos brancos para manterem seu privilégio econômico. Os dois Estados adotaram diversos atos segregacionistas: todos os altos postos de trabalho e os maiores salários eram reservados aos brancos, os produtos fabricados pelos pretos eram boicotados como forma de eliminar a concorrência, entre outras medidas (CHANAIWA, 2010).

A Namíbia, por outro lado, foi uma colônia alemã até 1915, quando passou para o domínio britânico, sendo governada pela África do Sul que instaurou no país o regime do *apartheid*. A Namíbia passou para a tutela da Organização das Nações Unidas (ONU) que declarou a ocupação ilegal. Entretanto, por razões econômicas, políticas e militares, a África do Sul negou a independência, que somente foi conquistada em 1990.¹

Sobre o processo de descolonização do continente africano, muitos países da África Austral conquistaram a independência entre os anos de 1960 e 1964, e conseqüentemente, o elevado número de países independentes também significou a divisão do continente em dois blocos, um aliado ao socialismo e outro ao capitalismo, refletindo o contexto mundial de polarização durante a Guerra Fria (ASANTE; CHANAIWA, 2010).

O quadro 1 abaixo apresenta um resumo dos países da África Austral, as datas de independência, os nomes anteriores e os países colonizadores.

Quadro 1: Países da África Austral

País	Independência	Nome Anterior	País Colonizador
África do Sul	31/5/1910 ²	-	Países Baixos e Grã-Bretanha
Angola	11/11/1975	-	Portugal
Botsuana	30/9/1966	Bechuanalândia	Grã-Bretanha

1 Optou-se por se referir à Namíbia como África do Sudoeste e ao Zimbábue como Rodésia, desse ponto em diante, para enfatizar o período em que esses países ainda não eram independentes.

2 O caminho que levou à independência da África do Sul é marcado por diversas etapas, a União da África do Sul era politicamente independente desde 31 de maio de 1910 (MAZRUI, 2010) – se configurando como um domínio britânico. Saunders (2017) por outro lado aponta que usualmente se considera a independência da África do Sul em 1931, com a aprovação pelo Parlamento do Reino Unido do Estatuto de Westminster, quando o país deixou de ser um domínio e se tornou parte do *Commonwealth*. Em 31 de maio de 1961, após a realização de um referendo, a África do Sul se retirou do *Commonwealth*, deixando de ser uma União e se tornando uma República (MAZRUI, 2010). Ainda hoje, ao acessar o *website* da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) é possível verificar que consta como dia da independência sul africana o 27 de abril de 1994, data da primeira eleição pós *apartheid*.

País	Independência	Nome Anterior	País Colonizador
Essuatíni ³	06/9/1968	Suazilândia	Grã-Bretanha
Lesoto	04/10/1966	Basutolândia	Grã-Bretanha
Malauí	06/7/1964	Niassalândia	Grã-Bretanha
Moçambique	25/6/1975	-	Portugal
Namíbia	21/3/1990	África do Sudoeste	Alemanha e África do Sul
Tanzânia ⁴	27/4/1964	Tanganyika e Zanzibar	Alemanha e Grã-Bretanha
Zâmbia	24/10/1964	Rodésia do Norte	Grã-Bretanha
Zimbábue ⁵	18/4/1980	Rodésia do Sul	Grã-Bretanha

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Mazrui (2010)

O comprometimento dos países da África Austral com a libertação da região não iniciou-se com os ELF. Omari e Macaringue (2007) e Cilliers (1991) traçam as sementes que deram origem aos ELF até a segunda metade da década de 1950, quando o relacionamento pessoal entre os presidentes da Tanzânia e Zâmbia, Julius Nyerere e Kenneth Kaunda, se transformou em laços políticos entre os dois países com um esforço de apoiar os processos de libertação da África Austral e cujas reuniões entre ambos originou alguns grupos regionais.

O *Mulungushi Club* é a aliança precursora imediata dos ELF, mas também é importante ressaltar a existência do Movimento Pan-Africano pela Liberdade para a África Oriental e Central/ Movimento Pan-Africano pela Liberdade para a África Oriental, Central e Austral (PAFMECA/PAFMECSA) e a Conferência dos Países da África Oriental e Central (CECAC). Todos os três grupos precursores dos ELF tinham como objetivo a liberdade regional econômica e política (OMARI, 1991; OMARI; MACARINGUE, 2007).⁶

3 Alterou o nome do país, de Suazilândia para Essuatíni, em 2018.

4 República Unida da Tanzânia foi o nome adotado em 27 de abril de 1964 após a união de Tanganyika (maior parte da antiga colônia alemã África Oriental), que se tornou independente em 09 de dezembro de 1961, e Zanzibar, que se tornou independente em 10 de dezembro de 1963.

5 A Rodésia do Sul formou com a Rodésia do Norte e Niassalândia uma Federação, entre 1953 e 1963.

6 *Pan-African Freedom Movement of East and Central Africa* (PAFMECA)/ *Pan-African Freedom Movement of the Eastern, Central and Southern Africa* (PAFMECSA) são a mesma organização, mas PAFMECA se refere ao período entre 1958 e o início de 1962 e PAFMECSA do início de 1962 até o fim em 1963.

O PAFMECA nasceu oficialmente em 17 de setembro de 1958 a partir de ideias que circulavam no continente africano, e tinha o objetivo de lutar contra os governos coloniais e cuja filiação estava indicada em sua Constituição: “A adesão deve ser aberta a todos os nacionalistas, trabalhadores e Organizações Cooperativas que aceitem e se conformam com a política de Pan-Africanismo e a libertação da África” (COX, p. 83, 1964, tradução nossa).

Em 1961, a instituição se expandiu para abranger os movimentos nacionalistas da África Austral e foi renomeada PAFMECSA, cuja nova Constituição de 1962 agrega a evolução da instituição uma vez que agora a filiação abrange também os governos e não apenas os movimentos nacionalistas: “A adesão deve ser aberta a todas as organizações nacionalistas e governantes que aceitem os objetivos e a política da PAFMECSA e estão se esforçando pela liberação da África” (COX, p. 83, 1964, tradução nossa).⁷ Cox (1964) aponta a prevenção do surgimento do nacionalismo competitivo entre os países membros da PAFMECA/PAFMECSA como a principal conquista da instituição que chegou ao fim em 1963.

A CECAC surgiu em 1966 a partir do vazio do PAFMECSA e se dissolveu em 1974, em parte devido à incapacidade de se qualificar como um fórum íntimo e informal — possuía dezessete membros, além da Organização Popular da África do Sudoeste (SWAPO) e da União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU) como observadores representando a África do Sudoeste e a Rodésia —, que era justamente o seu objetivo (OMARI, 1991).⁸

As principais conquistas da CECAC são o Manifesto de Lusaca (1969), que foi adotado pela ONU e pela Organização da Unidade Africana (OUA), e a Declaração de Mogadishu (1971) que, entre outros pontos, condenava o apoio que a África do Sul e Portugal continuavam a receber, e afirmava a luta armada como única saída

7 Em 1962, a PAFMECSA era composta por quatorze países membros, nomeadamente, África do Sul, Angola, Congo, Etiópia, Quênia, Moçambique, Rodésia do Norte, Rodésia do Sul, Niassalândia, Ruanda, Tanganyika, Uganda, Urundi e Zanzibar.

8 Países membros da CECAC: Burundi, Chade, Congo, Camarões, Etiópia, Gabão, Guiné Equatorial, Malauí, Quênia, República Centro Africana, Ruanda, Somália, Sudão, Tanzânia, Uganda, Zaire e Zâmbia.

para a libertação da África Austral (MOGADISHU DECLARATION, 1971; OMARI, 1991).⁹

Mulungushi Club, como apontado anteriormente, foi o precursor imediato dos ELF, teve menor tempo de existência, perdurou simultaneamente à CECAC — entre 1970 e 1974 — e era composto inicialmente por Tanzânia, Uganda (até 1971 quando foi expulsa após o golpe de Estado), República Democrática do Congo e Zâmbia, e assim como as organizações anteriores estava focado na libertação da África, com especial foco na África Austral (CILLIERS, 1999; OMARI, 1991). Omari (1991) aponta alguns aspectos que explicam a formação do *Mulungushi Club* e da sua existência de maneira paralela à CECAC, como: os manifestos e declarações ‘contraditórios’ da CECAC, a informalidade e o tamanho limitado do *Club* — formado por presidentes — cujo objetivo era implementar seções do Manifesto de Lusaca, monitorar as respostas ao Manifesto e preparar as contra-respostas.

Três instituições antecederam os ELF. O PAFMECSA e a CECAC tinham amplos objetivos (liberdade regional econômica e política) e muitos membros (a primeira tinha quatorze e a última dezessete países membros). Essas características dificultam a coordenação de ações, além do fato de que a CECAC falhou em seu objetivo inicial – que era ser um fórum íntimo. Já o *Mulungushi Club* girava em torno do Manifesto de Lusaca.

4 Os estados da linha de frente

Em 1975, foi criada a aliança dos ELF a partir dos restantes do *Mulungushi Club*, com o núcleo sendo os presidentes da Tanzânia, Zâmbia, Botsuana (Seretse Khama) e Moçambique.¹⁰ Omari (1991) aponta o então presidente de Moçambique Samora Machel como

9 *The Lusaka Manifesto on Southern Africa* foi uma declaração conjunta dos representantes de Estado de Burundi, Chade, Congo (Brazzaville), Congo (Kinshasa), Etiópia, Quênia, República Centro Africana, Ruanda, Somália, Sudão, Tanzânia, Uganda e Zâmbia (Malauí se recusou a assinar o Manifesto) da Conferência de Lusaca dos Estados da África Central e Oriental, realizada entre os dias 14 e 16 de abril de 1969.

10 Alguns pesquisadores apontam 1976 como ano de criação dos ELF (EVANS, 1984/5).

membro porque o país já estava em governo de transição após o Acordo de Lusaca de 1974. Angola se juntou aos ELF em 1976, e o Zimbábue em 1980.¹¹ Entre 1974 e 1975 algumas reuniões ocorreram, mas não foram relatadas porque os presidentes consideravam manter os ELF um segredo (OMARI, 1991).

A conjuntura na África Austral é resumida pela Declaração sobre a África Austral adotada pela 9ª Sessão Extraordinária do Conselho de Ministros da OUA em Dar-es-Salaam em 10 de abril de 1975 – esta definiu a situação da África Austral como

Existem duas principais áreas de conflito na África Austral. A primeira é o confronto com o colonialismo. A segunda é o conflito com o sistema de *apartheid*, que foi justamente declarado pelas Nações Unidas como um crime contra a humanidade. Mas, quer se trate da luta contra o colonialismo na Rodésia ou da ocupação ilegal da Namíbia ou da dominação racista na África do Sul, o principal adversário da África é o mesmo: a África do Sul como potência colonialista e, em segundo lugar, a África do Sul como sociedade racista (DAR ES SALAAM DECLARATION ON SOUTHERN AFRICA, 1975, p. 2, tradução nossa).

Dentro desse contexto, os ELF não foram o resultado de negociações intergovernamentais, mas uma instituição que surgiu para responder aos desafios do período, a década de 1970. A aliança refletia a realidade da região e não pretendia ter um caráter legal, embora, com o tempo, a evolução dos ELF tenha levado ao desenvolvimento de alguma medida de formalidade (OMARI, 1991; OMARI; MACARINGUE, 2007).

Nagar e Saunders (2011) definem a aliança como uma instituição informal criada na década de 1970 e cuja intenção dos presidentes era criar uma instituição forte o suficiente para apoiar os movimentos de libertação nos países da África Austral: Congresso Nacional Africano (CNA) na República da África do Sul (RAS), SWAPO na África do Sudoeste e ZANU e União Popular Africana do Zimbábue (ZAPU) na Rodésia; e, conseqüentemente, acabar

11 Ao contrário de Nagar e Saunders (2011) que aponta como fundadores apenas os presidentes de Tanzânia, Zâmbia e Botsuana.

com os governos de minoria branca. A aliança dos ELF contava com três objetivos, sendo o primeiro e mais importante deles a independência da Rodésia, seguido pela independência da África do Sudoeste e o fim do *apartheid* na África do Sul (OMARI, 1991).

Um aspecto que diferencia os ELF é que estes foram criados para lidar com o “colonialismo de colonos”, argumento segundo o qual os ELF teriam sido criados ainda que o PAFMECSA, a CECAC e o Comitê de Libertação da OUA existissem na região no mesmo período (OMARI, 1991; OMARI; MACARINGUE, 2007).¹²

O desafio da situação rodesiana e a política de *détente* na África Austral são considerados alguns dos mais importantes fatores que levaram à formação da aliança dos ELF (OMARI, 1991). A política de *détente* era uma extensão da política interna da RAS que foi utilizada a partir de 1974 para proteger a Rodésia da luta armada, assim como evitar possíveis consequências negativas na África do Sudoeste e na África do Sul. O golpe de Estado em Portugal em 1974 impactou positivamente no processo de independência de Moçambique e Angola, o que representou uma ameaça para os governos de minoria branca da África Austral (OMARI, 1991).

Omari (1991) apresenta quatro razões que explicam por que a independência de Angola e Moçambique era uma ameaça para os governos de minoria branca da África Austral: a) os movimentos de libertação de Angola e Moçambique, liderados pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), respectivamente, eram contrários aos governos de minoria branca; b) Angola faz fronteira com a África do Sudoeste e Moçambique com a Rodésia e a África do Sul, assim dois países independentes com governos de maioria nas fronteiras significava apoio e abrigo para os movimentos de libertação da África do Sul – o CNA –, África do Sudoeste – a SWAPO – e Rodésia – a ZANU e a ZAPU; c) o sucesso da luta armada dos movimentos de libertação de Angola e Moçambique se tornaram pontos de

12 “[...] o objetivo do colonialismo de colonos é adquirir terras de modo que os colonos possam ficar permanentemente e formar novas comunidades.” (GLENN, p. 55, 2015, tradução nossa). Para uma melhor compreensão do conceito de “colonialismo de colonos”, sugerimos a leitura de Veracini (2013) e Horvath (1972).

referência para a luta armada dos movimentos de libertação dos demais países da África Austral; e, d) a possibilidade de se desencadear um efeito dominó na África Austral.

Hough (1980) afirma que os membros dos ELF compartilhavam três características principais: a proximidade geográfica com África do Sul, África do Sudoeste e Rodésia; o empenho para acabar com os governos de minoria branca na África Austral (África do Sul, África do Sudoeste e Rodésia); e a disposição para utilizar de meios diplomáticos, políticos e táticas de guerrilhas para alcançar esse objetivo. De modo similar, Khadiagala (1994) aponta dois fatores que auxiliam na definição da filiação dos ELF: a orientação política direcionada ao processo de descolonização e a proximidade com os governos de minoria branca da África Austral.

Omari (1991) destaca, contudo, o caráter mais seletivo sobre quem era incluído na aliança dos ELF, o que sugeria pontos mais específicos do que a proximidade geográfica, e aponta ainda que República Democrática do Congo, Malauí, Lesoto e Essuatíni, por exemplo, não foram incluídos nos ELF apesar da proximidade com os países de governos de minoria branca.

Os princípios adotados pelo ELF eram os mesmos defendidos no Manifesto de Lusaca de 1969 (HOUGH, 1980), que reafirmava o comprometimento com o princípio de igualdade humana e dignidade

Os signatários deste Manifesto afirmam que a validade dos princípios da igualdade e dignidade humana se estendem à República da África do Sul, assim como se estendem aos territórios coloniais da África Austral. Antes que uma base para o desenvolvimento pacífico possa ser estabelecida neste continente, esses princípios devem ser reconhecidos por todas as nações, e em cada Estado deve haver uma tentativa deliberada de implementá-los (THE LUSAKA MANIFESTO ON SOUTHERN AFRICA, 1969, parágrafo 23, tradução nossa).

A OUA expressou o apoio aos ELF, dentre outras formas, por meio da resolução 80 de sua 13ª Sessão Ordinária dos Chefes de Estado e Governo, em 1976, por meio da qual “declara que qualquer ataque por qualquer regime racista a qualquer Estado da linha

de frente deve ser considerado como um ataque à África independente como um todo” (ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY, p. 80, 1976, tradução nossa). Os líderes dos ELF podiam e usavam de sua posição para oferecer santuário a refugiados e ativistas políticos, instalação de recuperação, livre circulação de armas e guerrilhas em seus territórios, apoio diplomático e, alguns países, ainda permitiam a instalação de bases de treinamento e campos militares — o MPLA permitiu ao CNA e à SWAPO estabelecerem campos em Angola em 1976; o FRELIMO permitiu a livre movimentação do ZANU ao longo da fronteira de Moçambique com Rodésia a partir de 1975 e o ZAPU estava operando a partir da Zâmbia (HOUGH, 1980; SCHMIDT, 2013). Todas essas ações, é claro, tiveram severas consequências.

Alguns pesquisadores descrevem os ELF como uma instituição regional informal, outros afirmam que eles evoluíram para uma instituição formal com o passar do tempo. Omari (1991), por outro lado, aponta que, desde o princípio, parte dos ELF era formal e parte informal, da mesma forma que havia diferença entre o que os fundadores afirmaram que eram os ELF e o que a aliança de fato foi.

Os ELF tinham um caráter informal que se caracterizava pela falta de uma constituição, de um secretariado, de uma sede e até mesmo de registros, sendo, portanto, um fórum consultivo como se identificavam os seus fundadores (OMARI, 1991). Essa opção pelo caráter informal, segundo Omari (1991), se deve às experiências dos países em outras organizações regionais ou sub-regionais.

Como foi apontado, os ELF surgem com três objetivos explícitos: independência da Rodésia, seguido pela independência da África do Sudoeste e o fim do *apartheid* na África do Sul, sendo que a independência da Rodésia e da África do Sudoeste estava diretamente ligada ao fim dos regimes de minoria branca nesses países. Também é perceptível que os ELF possuíam um nível de exclusividade e critérios em relação aos países que eram admitidos como membros, o que diferencia a instituição das predecessoras.

5 A estrutura dos estados da linha de frente

Compreender as estruturas dos ELF e como funcionavam é fundamental para entender a atuação da instituição. Os ELF podem ser considerado formal no que tange às suas atividades, primeiro porque a atuação da instituição era reconhecida e respaldada pela ONU e pela OUA e, segundo, pela “[...] existência de pelo menos uma conhecida, ainda que obscura, estrutura [...]” – o Comitê Interestatal de Defesa e Segurança (ISDSC) –, além da cúpula dos chefes de Estado e governo, o que indicava uma tendência à formalização; os ELF possuíam, portanto, duas estruturas semi-formais, o sistema de reuniões e o ISDSC (OMARI, 1991, p. 120).

O sistema de cúpula era o maior órgão dos ELF e ocorria de maneira flexível, uma vez que qualquer presidente e líder de movimento de libertação ativo que tinha alguma questão poderia convocar uma cúpula, cujo local de realização dependia de alguns fatores, como: quem convocava, a questão a ser discutida, a questão de segurança e a oportunidade do encontros, razões que justificam o fato de que as cúpulas ocorriam em capitais, outras cidades e até mesmo em países que não eram membros dos ELF (OMARI, 1991).

Apesar da flexibilidade na convocação da cúpula dos ELF, os chefes de governo e líderes de movimentos convocados para a cúpula dependiam do tema a ser discutido, ademais, ainda que a presença de convidados fosse frequente, o caráter informal das cúpulas pode ser identificado pelo fato de que não haviam procedimentos uniformes nas reuniões, conferência de imprensa ou comunicados ao fim das cúpulas (OMARI, 1991).

No quadro 2 abaixo é possível conferir as datas, locais, participantes, convidados e questões abordadas durante as cúpulas dos ELF entre os anos 1976 e 1980 (até a independência do Zimbábue). É possível observar como a situação rodesiana dominou a maioria das vinte e quatro cúpulas que ocorreram nesse período, sendo diretamente abordada em dezessete cúpulas e indiretamente nas cúpulas que discutiram a situação da África Austral como um todo, compreendendo três cúpulas.

Ainda no quadro 2, observa-se que não foram fornecidos detalhes sobre as questões discutidas em três das vinte e quatro cúpulas

que ocorreram neste período. Entre as vinte e quatro cúpulas, oito ocorreram na Zâmbia, sete na Tanzânia, sete em Moçambique e apenas duas em Angola; nenhuma das cúpulas ocorreu em Botsuana, embora o país seja um dos fundadores dos ELF.

Outro ponto observável é o fato de que em dezessete das vinte e quatro cúpulas haviam convidados e, embora na maioria das vezes os convidados fossem líderes de movimentos de libertação – tais como Robert Mugabe, líder do ZANU (movimento de libertação da Rodésia), Joshua Nkomo, líder do ZAPU (movimento de libertação da Rodésia), Sam Nujoma, líder da SWAPO (movimento de libertação da África do Sudoeste) e Oliver Tambo, líder do CNA (movimento de libertação da África do Sul) –, representantes de outros países como Nigéria, EUA e Grã-Bretanha estiveram presentes em uma cúpula dos ELF cada.

Quadro 2: Cúpulas da Aliança dos ELF – 1976-1980¹³

Data	Local	Participantes	Questões Discutidas
7-8/2/ 1976	Quelimane (MOZ)	Seretse Khama (BOT), Samora Machel (MOZ), Julius Nyerere (TAN) e Kenneth Kaunda (ZAM)	Apoio à Comissão Militar Conjunta para os movimentos de libertação da Rodésia.
25-26/3/1976	Lusaca (ZAM)	Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Convidados: Abel Muzorewa e Joshua Nkomo (ZAPU)	Discutir as lutas de libertação na África Austral, especialmente na Rodésia.
29/7/ 1976	Maputo (MOZ)	Machel, Nyerere e Kaunda	Revisar as lutas de libertação na África Austral, especialmente na Rodésia.
5-7/9/ 1976	Dar es Salaam (TAN)	Khama, Machel, Nyerere, Kaunda, Agostinho Neto (ANG); Convidados: Robert Mugabe (ZANU), Nkomo (ZAPU), Sam Nujoma (SWAPO) e Oliver Tambo (CNA)	Decidir se as informações confidenciais trazidas a eles pelo enviado de Henry Kissinger após seu encontro com John Vorster em Zúri-que ofereceram o suficiente para justificar o apoio à iniciativa americana.
26/9/ 1976	Lusaca (ZAM)	Neto, Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Convidados: Mugabe, Nkomo, Nujoma e Tambo	Oficialmente se tornaram os ELF pela libertação da África Austral, e Mugabe e Nkomo concordaram em formar a Frente Patriótica (PF).
17/10/ 1976	Lusaca (ZAM)	Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Neto não enviou representante; Convidados: Mugabe, Nkomo, Nujoma e Tambo	Estimular a Grã-Bretanha a assumir sua obrigação como potência colonial na Rodésia.
7/11/ 1976	Dar es Salaam (DES) (TAN)	Neto, Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Líderes dos movimentos não foram convidados	Discutir as agressões contra Angola, Botsuana, Moçambique e Zâmbia pela África do Sul e Rodésia.
9/1/1977	Lusaca (ZAM)	Neto, Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Convidados: Mugabe, Nkomo, Nujoma e Tambo	Anunciado o reconhecimento exclusivo da Frente Patriótica na Rodésia.
17/4/ 1977	Quelimane (MOZ)	Neto, Machel, Nyerere, Kaunda e Quett Masire (BOT); ¹⁴ Convidados: Mugabe	Revisar a oferta do presidente Soviético de apoio militar e outros; discutir como fortalecer a PF e defender Botsuana, Moçambique e Zâmbia contra os ataques do exército da Rodésia.

13 Como afirmado anteriormente, Omari (1991) relata que foram realizadas reuniões entre os anos de 1974 e 1975 que não foram relatadas.

14 Vice-Presidente de Botsuana.

Data	Local	Participantes	Questões Discutidas
21/7/ 1977	DES (TAN)	Neto, Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Convidados: Mugabe e Nkomo	Discutir o problema da desunião da PF.
26-27/8/1977	Lusaca (ZAM)	Neto, Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Convidados: Andrew Young (EUA) e David Owen (Grã-Bretanha)	Discutir a proposta Anglo-Americana para a Rodésia, especialmente a questão do desmantelamento do exército rodésiano.
23-24/9/1977	Maputo (MOZ)	Neto, Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Convidados: Mugabe, Nkomo, Nujoma e Tambo	Discutir a resposta à proposta Anglo-Americana à independência da Rodésia; concordância que a proposta fornece base para negociações entre as partes.
11/6/ 1978	Luanda (ANG)	Neto, Nyerere, Kaunda, Marcelino dos Santos (MOZ) ¹⁵ e Masire; Convidado: Nujoma	Revisar a situação da África Austral e reafirmar que a África pode resolver os próprios problemas sem intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
31/8/ 1978	Lusaca (ZAM)	Neto, Machel, Nyerere, Kaunda e Masire; Líderes dos movimentos não foram convidados; Convidado: Joseph Garba (NIG). ¹⁶	Discutir o relatório sobre a reunião secreta no mês anterior entre Ian Smith e Nkomo (co-líder do PF).
4/9/1978	Lusaca (ZAM)	Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Neto não enviou representante; Convidados: Mugabe, Nkomo, Nujoma e Tambo	Não foram fornecidos detalhes.
8/10/ 1978	Lusaca (ZAM)	Neto, Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Líderes dos movimentos não foram convidados	Discutir a decisão da Zâmbia de reabrir as estradas ferroviárias através da Rodésia.
3/3/1979	Luanda (ANG)	Neto, Khama, Machel, Kaunda e Aboud Jumbe (TAN); ¹⁷ Convidado: Nujoma	Discutir a situação da África Austral e as lutas de libertação da Rodésia e África do Sudoeste; Condenar a invasão da Tanzânia pela Uganda.
6/4/1978	Nampula (MOZ)	Machel, Nyerere e Kaunda; Líderes dos movimentos não foram convidados	Discutir as lutas de libertação na África Austral.

15 Representando o presidente de Moçambique.

16 Ministro das Relações Exteriores da Nigéria.

17 Vice-Presidente da Tanzânia.

Data	Local	Participantes	Questões Discutidas
8-9/4/ 1978	DES (TAN)	Machel, Nyerere, Kaunda e Masire; Convidados: Mugabe e Nkomo	Discutir a união do ZANU e ZAPU.
29/4/ 1978	Maputo (MOZ)	Neto, Khama, Nyerere, Machel e Kaunda; Convidados: Mugabe, Nkomo, Nujoma e Tambo	Continuação da reunião anterior.
17/10/ 1978	DES (TAN)	Khama, Nyerere, Machel e Kaunda; Convidados: Nujoma e Tambo	Não foram fornecidos detalhes.
24/11/ 1978	DES (TAN)	Não há informações.	Não foram fornecidos detalhes.
10/1/ 1980	Beira (MOZ)	José Eduardo dos Santos (ANG - novo presidente), Machel, Nyerere, Kaunda e Masire; Convidados: Mugabe e Nkomo	Discutir a violação da Grã-Bretanha sobre o cessar-fogo na Rodésia; discutir o envio de forças rodesianas para áreas de fronteira como uma ameaça à região; conferiu ao presidente o mandato de coordenar as ações necessárias
26/2/ 1980	DES (TAN)	Khama, Machel, Nyerere, Kaunda e Paschal Luvuallu (ANG); ¹⁸ Líderes dos movimentos não foram convidados	Condenação à RAS por ameaçar intervir na Rodésia em caso de vitória da PF; exaltação da PF por aderir aos termos do Acordo de Lancaster;

Fonte: Elaborada pela autora com base em Omari (1991)

O ISDSC era responsável pela implementação das resoluções das cúpulas da aliança dos ELF. O Comitê também tinha um papel consultivo e recomendatório à cúpula dos chefes de Estado e governo, e tinha duas principais funções que eram coordenar os processos de libertação e promover defesa e segurança dos ELF, ou seja, o ISDSC formulava as estratégias de curto e longo prazo para acelerar o processo de libertação e coordenar a defesa dos ELF contra a desestabilização (OMARI, 1991).

O ISDSC era um comitê ministerial – os ministros envolvidos eram os responsáveis pela defesa, segurança do Estado e segurança pública – formado em 1975 e, de acordo com Omari (1991), era mais estruturado do que as cúpulas dos chefes de Estado e

¹⁸ Paschal Luvuallu era um membro do MPLA e estava representando o presidente de Angola.

governo dos ELF. O Comitê se reunia, geralmente, uma ou duas vezes por ano e, nessas reuniões, os chefes das alas militares dos movimentos de libertação ativos eram convidados. O ISDSC era dividido em três subcomitês: defesa, segurança do Estado e segurança pública (OMARI, 1991). Omari (1991) relata a ocorrência de cinco reuniões do ISDSC entre os anos 1975-1980.

O quadro 3 abaixo apresenta as datas, locais e países participantes das cinco reuniões do ISDSC que ocorreram entre 1975 e 1980. É possível notar que não há um padrão de tempo para a ocorrência das reuniões. Nota-se também que das cinco reuniões do ISDSC entre 1975 e 1980, três ocorreram na Tanzânia e duas na Zâmbia. Tanzânia foi o país que sediou a maioria das reuniões do ISDSC e também era o país mais distante daqueles governados pela minoria branca, uma vez que foi o único país da África Austral que não teve fronteira comum com nenhum governo de minoria branca.

Quadro 3: Reuniões do Comitê Interestatal de Defesa e Segurança (ISDSC) dos ELF – 1975-1980

Data	Local	Membros Participantes
Ago./1975	DES (TAN)	Moçambique, Tanzânia e Zâmbia
Jan./1976	Lusaca (ZAM)	Botsuana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia
Ago./1976	Lusaca (ZAM)	Botsuana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia
Set./1977	DES (TAN)	Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia
23-24/8/1979	DES (TAN)	Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia

Fonte: Elaborada pela autora com base em Omari (1991).

O ISDSC era a estrutura mais formal dos ELF, com reuniões esporádicas e poucas informações. As cúpulas dos ELF entre os anos 1976 e 1980 foram dominadas pela questão rodesiana. Como apontado anteriormente, a independência do país era prioridade para o ELF uma vez que o governo de minoria branco rodesiano era uma ameaça aos países independentes da região da África Austral e o grande suporte do regime do *apartheid* na África do Sul. A Rodésia foi foco, direto ou indireto, de vinte das vinte e uma cúpulas das quais a temática é conhecida.

6 A Constelação dos Estados da África Austral (CONSAS) e os Estados da Linha de Frente

O contexto da África Austral na segunda metade do século XX era complexo e exigia dos países da região uma flexibilidade para se adaptarem aos desafios internos e externos. Ademais, no fim da década de 1970 foi necessário se adequar para responder aos desafios econômicos, além dos políticos e militares.

A Constelação dos Estados da África Austral (CONSAS), apresentada pelo então primeiro-ministro da África do Sul, P. W. Botha, em setembro de 1978, propunha agregar os países da África Austral. Desde que a África do Sul fora a hegemonia regional e a economia mais desenvolvida da região, ofereceu diversos incentivos econômicos, tais como assistência para o desenvolvimento, crédito para exportação e fácil acesso à rede de transportes sul africana da qual os países da África Austral eram dependentes (KHADIAGALA, 1994).

Khadiagala (1994) pontua ainda que o governo sul africano esperava que a CONSAS amenizasse a pressão internacional devido ao *apartheid*, à ocupação da África do Sudoeste e a situação rodesiana, contudo, estreitar os laços econômicos com a África do Sul limitaria ainda mais a mobilização dos países membros dos ELF na luta contra as três frentes apontadas. Por fim, a discussão sobre a CONSAS foi encerrada com a conquista da independência do Zimbábue que não apenas se juntou aos ELF como também se tornou peça central na formação da Conferência de Coordenação de Desenvolvimento da África Austral (SADCC). Ademais, o Zimbábue alterou as relações na África Austral ao apresentar uma alternativa à dominância da África do Sul (MLAMBO, 2014; KHADIAGALA, 1994).

Os países da África Austral e dos ELF, especificamente, estavam economicamente e militarmente fragilizados e dependentes em certa medida da África do Sul, o que, conseqüentemente, provocou diversos problemas entre os ELF. Botsuana estava lidando com uma crise de refugiados; Angola e Moçambique enfrentavam ataques internos apoiados pela África do Sul; Zâmbia e Moçambique foram alvos de ataques da Rodésia, que visavam instalações de importância econômica, como a destruição de pontes no Rio Chambeshi

que liga Tanzânia e Zâmbia, além de enfrentar o custo de manter as sanções e as fronteiras fechadas – em 1978, a Zâmbia decidiu reabrir a rota comercial da região Austral que atravessava a Rodésia e a África do Sul, o que levou o presidente de Moçambique a boicotar a reunião seguinte dos ELF (HOUGH, 1980).

Anglin (1985) aponta que a atuação dos ELF frente aos desafios da região da África Austral, em especial a África do Sul, pode ser dividida em quatro categorias: acomodação, contenção, separação e confrontação. Acomodação se refere à aceitação, por parte dos ELF, da África do Sul como econômica, política e militarmente superior e, portanto, a adaptação das políticas domésticas e externas dos demais países às restrições e ao ambiente hostil da região. Contenção diz respeito a atitude mista entre aceitar a realidade de dependência dos países da região a África do Sul, ao mesmo tempo em que resistia às interferências na autonomia dos membros dos ELF. Separação se refere à redução do escopo e da intensidade das interações entre os ELF e a África do Sul. E, confrontação se refere ao desafio direto ao governo de minoria branca da RAS (ANGLIN, 1985).

Essas ações não eram mutuamente exclusivas, pois as diferentes dimensões política, econômica e militar requeriam respostas diferentes, e a atuação dos países era um misto das quatro categorias de atuação, além de que cada país atuava de acordo com suas capacidades, vulnerabilidades, liderança e apoio externo (ANGLIN, 1985). Khadiagala (1994), contudo, difere de Anglin (1985) e aponta que a divergência na escolha das políticas, ou o conjunto delas, deveu-se ao caráter informal e flexível da aliança dos ELF.

A formação da SADCC em 1980 foi uma resposta dos países da região Austral para os desafios econômicos regionais; de modo mais específico, uma tentativa dos países de se adaptarem e se oporem ao poderio econômico sul africano e a iniciativa da CONSAS. Os ELF e a SADCC coexistiram na África Austral de modo complementar considerando que tinham como foco temáticas diferentes.

7 As conquistas dos estados da linha de frente

Os ELF obtiveram três conquistas de destaque até 1980: a união, ainda que temporária, dos dois principais movimentos de libertação da Rodésia, ZANU e ZAPU, que trabalharam juntos sob a forma da Frente Patriótica (PF), tornando possível a negociação pela independência; o trabalho ao lado da OUA; e, o trabalho ao lado da Grã-Bretanha e dos EUA no estágio final da crise rodesiana (OMARI, 1991). De acordo com Hough (1980), a concordância da Grã-Bretanha em manter o *status* da Rodésia como uma colônia e a exigência de eleições independentes supervisionadas pela Grã-Bretanha foram conquistas dos ELF.

Após anos de confronto, o governo da África do Sul temia que a situação rodesiana aprofundasse a instabilidade na África Austral e viesse a ameaçar a segurança da RAS. Portanto, sob pressão da África do Sul e dos EUA, o governo rodesiano, liderado por Smith, elaborou um plano para manter o poder nas mãos da minoria branca e se uniu à algumas figuras de autoridade africanas que tinham recusado a luta armada e, excluindo a PF, realizou uma eleição, marcada pela violência, para o parlamento em abril de 1979 (SCHMIDT, 2013). Como aponta Schmidt (2013), a eleição não foi reconhecida nem pelo governo da Grã-Bretanha nem pelos representantes da PF.

O impasse em relação à independência da Rodésia foi finalizado com a Conferência de Lancaster House, realizada entre 10 de setembro e 15 de dezembro de 1979, e que contou com a presença do governo britânico, dos representantes da PF – Robert Mugabe (ZANU) e Joshua Nkomo (ZAPU) – e dos representantes do governo rodesiano, Ian Smith e Abel Muzorewa; é importante ressaltar, porém, que diversos outros atores participaram direta ou indiretamente das negociações, entre eles, os ELF, a OUA, África do Sul e EUA (MLAMBO, 2014). Todas as partes envolvidas na Conferência de Lancaster estavam sendo pressionadas a alcançar uma solução, ZANU e ZAPU estavam sendo pressionados por Moçambique e Zâmbia a encontrar uma solução, uma vez que ambos os países estavam fragilizados pela guerra rodesiana e pelo apoio aos movimentos de libertação.

As partes envolvidas no Acordo de Lancaster concordaram com a Constituição de Independência do Zimbábue que, entre outros pontos, reservava 20 assentos no parlamento nacional para pessoas brancas, os arranjos para o período pré-independência e um acordo de cessar-fogo (MLAMBO, 2014). Com esses arranjos, ocorreu a eleição rodesiana em fevereiro de 1980 com o ZANU-PF, liderado pelo Robert Mugabe, ganhando 57 assentos, o ZAPU conseguindo 20 assentos, o *United African National Council* (UANC), de Muzorewa, recebendo apenas três assentos, e a Frente Rodesiana recebendo os 20 assentos reservados a brancos (MLAMBO, 2014).

A independência do Zimbábue, concretizada com a realização de eleição, foi sem dúvida a maior conquista dos ELF até o ano de 1980. É importante ressaltar, contudo, que essa conquista aconteceu após muita luta e suporte dos países membros dos ELF aos movimentos de libertação, acarretando na fragilização dos países membros da aliança, entre outras razões, porque se tornaram alvos, mais frequentemente e intensamente, de ataques diretos e indiretos por parte dos regimes de minoria branca da região.

8 Considerações finais

Este artigo se propôs a demonstrar, por meio da descrição, como os países independentes com governos de maioria na África Austral, por meio dos ELF, além de atores regionais e internacionais, se mobilizaram para enfrentarem os governos de minoria branca, especialmente no Zimbábue, entre os anos 1975-1980.

A formação da aliança dos ELF em 1975 foi um dos acontecimentos mais importantes da África Austral contemporânea. O que torna os ELF tão importantes é que nem antes nem depois um grupo de presidentes africanos se uniu de maneira tão significativa em impacto, visibilidade e credibilidade como a aliança dos ELF (OMARI, 1991).

Embora tenha surgido de modo informal, o objetivo dos ELF era de enfrentar e pôr fim aos governos de minoria branca da região por meio do apoio aos movimentos de libertação nesses países. Ressalta-se que os governos de minoria branca representavam uma ameaça aos países vizinhos independentes e com governos de maioria.

A África do Sul já era a hegemonia econômica na região da África Austral, o governo da RAS, portanto, usou a questão econômica como instrumento de alavancagem numa tentativa de neutralizar e controlar os demais países independentes da região com o propósito de manter o *status quo*. Vale ressaltar ainda que a segunda metade do século XX, num contexto global, foi o período da Guerra Fria e a África do Sul apenas foi capaz de sustentar o regime do *apartheid* por tanto tempo devido ao apoio militar e econômico recebido de países estrangeiros como EUA, Israel, França, Grã-Bretanha e outros.

É importante apontar que entre os membros dos ELF havia um forte desejo de libertar os países vizinhos e o sentimento de solidariedade que guiava os países da África Austral. Uma vez que a independência do Zimbábue foi conquistada, preocupação de todos os países dos ELF, os esforços da aliança se voltaram para o fim do governo do *apartheid* na África do Sul e à política de desestabilização promovida pela RAS nos países independentes da região, além da libertação da Namíbia.

Sobre os ELF, Omari (1991) afirma que os anos de 1975 a 1980 foram os anos de ascensão e o empenho da aliança na resolução da questão rodesiana foi um reflexo do comprometimento militar e político, mas também de suas capacidades econômicas. Nenhum outro grupo composto por chefes de Estado africanos foi tão respeitado, duradouro e coeso como os ELF, além de ter exercido grande influência na questão de encerrar os regimes de minoria branca na África Austral (HOUGH, 1980; OMARI, 1991; CILLIERS, 1999).

REFERÊNCIAS

- ANGLIN, Douglas G. The Frontline States and the Future of Southern Africa. *In*: DOWDY, William L.; TROOD, Russell B. (Eds.) **The Indian Ocean: Perspectives on a Strategic Arena**. Durham: Duke University Press, 1985. p. 246-266.
- ASANTE, S. K. B.; CHANAIWA, David. O Pan-africanismo e a Integração Regional. *In*: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Eds) **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 873-896.
- CHANAIWA, David. A África Austral. *In*: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Eds) **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 295-334.
- CILLIERS, Jakkie. Building security in Southern Africa: An update on the evolving architecture. **ISS Monograph Series**, n. 43, November 1999.
- COX, Richard. **Pan-Africanism in Practice: An East African Study**, PAFMECSA 1958-1964. London: Oxford University Press, 1964.
- DAR ES SALAAM DECLARATION ON SOUTHERN AFRICA, **Southern Africa Record**, Number Two, The South African Institute of International Affairs, p. 37-43, April 1975.
- EVANS, M. The Front Line States, South Africa and Southern African Security: Military Prospects and Perspectives. **Zambezia**, XII, 1984/5. Disponível em: <https://journals.co.za/doi/abs/10.10520/AJA03790622_27>. Acesso em 29 set. 2023.
- FAWCETT, Louise. Regionalism from an Historical Perspective. *In*: FARRELL, Mary; HETTNE, Björn; LANGENHOVE, Luk Van (Eds.). **Global Politics of Regionalism: Theory and Practice**. London: Pluto Press, 2005. p. 21-37.
- FAWCETT, Louise. Region-Building Debates in a Global Context. *In*: LEVINE, Daniel H.; NAGAR, Dawn (Eds.). **Region-Building in Africa: Political and Economic Challenges**. 1ª Ed. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 21-36.
- GLENN, Evelyn Nakano. Settler Colonialism as Structure: A Framework for Comparative Studies of U.S. Race and Gender Formation. **Sociology of Race and Ethnicity**, v. 1, n. 1, p. 52-72, 2015.
- HORVATH, Ronald J. A Definition of Colonialism. **Current Anthropology**, v. 13, n. 1, p. 45-57, 1972. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2741072>>. Acesso em 30 set. 2023.
- HOUGH, Mike. The Front Line States: Entente Cordiale. **Africa Insight**, v. 10, n. 1, p. 45-48, 1980. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10520/AJA02562804_10>. Acesso em: 28 set. 2023.

KHADIAGALA, Gilbert M. **Allies in Adversity: The Frontline States in Southern African Security, 1975-1993**. Athens: Ohio University Press, 1994.

KOREMENOS, Barbara; LIPSON, Charles; SNIDAL, Duncan. The Rational Design of International Institutions. **International Organization**, v. 55, n. 4, p. 761-799, 2001.

MAZRUI, Ali A. "Procurai primeiramente o reino político...". In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Eds.). **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p.125-149.

MLAMBO, Alois S. **A History of Zimbabwe**. New York: Cambridge University Press, 2014.

MOGADISHU DECLARATION, **Southern Africa Record**, Number Three, The South African Institute of International Affairs, p. 31-35, out. 1971.

NAGAR, Dawn; SAUNDERS, Christopher. Regionalism in Southern Africa. In: **Building Peace in Southern Africa**, Report. Centre for Conflict Resolution, p. 16-21, 17 ago. 2011. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/resrep05144.6>>. Acesso em 28 set. 2023.

OMARI, Abillah Harid. **The Rise and Decline of the Front Line States (FLS) Alliance in Southern Africa: 1975-1990**. Ph.D Thesis (Political Science) - Department of Political Science, Dalhousie University. Halifax, p. 355, 1991.

OMARI, Abillah Harid; MACARINGUE, Paulino. Southern African Security in Historical Perspective. In: CAWTHRA, Gavin; PISANI, Andre du; OMARI, Abillah H. (Eds.). **Security and Democracy in Southern Africa**. 1ª Ed. Johannesburg: Wits University Press. p. 45-60, 2007.

ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY. **Resolution on the Security of Countries nearest to the Southern African Battlefield** (AHG/ Res. 80 (XIII), 1976. Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/decisions/9523-assembly_en_2_6_july_1976_assembly_heads_state_government_thirteenth_ordinary_session.pdf>. Acesso em 29 set. 2023.

SAUNDERS, Christopher. Decolonization in Southern Africa: Reflections on the Namibian and South African Cases. **Journal for Contemporary History**, v. 42, n. 1, p. 99-114, 2017.

SCHMIDT, Elizabeth. White-Minority Rule in Southern Africa, 1960-1990. In: SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa: From the Cold War to the War on Terror** (New Approaches to African History). Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 102-141.

SÖDERBAUM, Fredrik; GRANIT, Jakob. The Political Economy of Regionalism: The Relevance for International Waters and the Global Environment Facility. A STAP Issues Paper. **Global Environment Facility**, Washington, D.C, 2014.

THE LUSAKA MANIFESTO ON SOUTHERN AFRICA - with a commentary by N. M. Shamuyarira. **The African Review**, p. 66-78, 1969. Disponível em: <https://journals.co.za/doi/pdf/10.10520/AJA00020117_32>. Acesso em: 28 set. 2023.

VERACINI, Lorenzo. 'Settler Colonialism': Career of a Concept. **The Journal of Imperial and Commonwealth History**, v. 41, n. 2, p. 313-333, 2013.